

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.641 - PR (2019/0033916-4)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE GUARAPUAVA - PR
SUSCITADO : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE GUARAPUAVA - SJ/PR
INTERES. : SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI
ADVOGADOS : MÁRCIO BRUNO SOUSA ELIAS - DF012533
RODRIGO POZZOBON - PR025997
INTERES. : POLIJUTA INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA AJUIZADA PELO SENAI CONTRA EMPRESA PARA COBRANÇA DE VALORES RELATIVOS À CONTRIBUIÇÃO DE QUE TRATA O ART. 2º, DO DECRETO-LEI Nº 6.246, DE 05.02.44. AUSÊNCIA, NA LIDE, DE QUALQUER DAS ENTIDADES PREVISTAS NO ART. 109, I, DA CF/88. SÚMULA 516/STF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL SUSCITANTE.

DECISÃO

Trata-se de Conflito de Competência, instaurado entre o Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Paraná, ora suscitado, e o Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Guarapuava - PR, ora suscitante, nos autos da Ação Ordinária de Cobrança ajuizada, em 26/02/2018, pelo SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, interessado, contra sociedade empresária POLIJUTA INDUSTRIAL E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, também interessada.

O Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Guarapuava - PR, ao qual inicialmente foram distribuídos os autos, declinou da competência para julgar o feito, ao fundamento de que a discussão envolve cobrança de um tributo federal e, por conseguinte, determinou a redistribuição dos autos à Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Paraná.

A seu turno, o Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Paraná reconheceu a incompetência absoluta da Justiça Federal, com base na Súmula 516/STF.

Posteriormente, retornando os autos ao Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Guarapuava - PR este suscitou o presente conflito (fls. 131/132).

É o relatório. Passo a decidir.

Assiste razão ao Juízo Suscitado, Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Paraná.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que compete à Justiça Estadual processar e julgar feitos nos quais sejam partes as entidades paraestatais, tais como SESI, SEBRAE, SESC, SENAI, dentre outras, dada a personalidade jurídica de direito privado dessas entidades.

Nesse exato sentido, é o **enunciado da Súmula 516/STF: 'O Serviço Social da Indústria (SESI) está sujeito à jurisdição da Justiça estadual'**. Ademais, conforme

decidiu a Primeira Turma do STJ, no julgamento do AgRg no REsp 604.752/SC, sob a relatoria do Ministro LUIZ FUX, DJ de 22/08/2005, 'a competência cível da Justiça Federal é definida *ratione personae*, sendo irrelevante a natureza da controvérsia posta à apreciação'.

No caso concreto, ainda que se trate de cobrança de contribuição social, tributo cuja instituição é feita pela União, o SENAI é pessoa jurídica de direito privado não integrante da Administração Pública direta ou indireta, não sendo capaz, portanto, de atrair a aplicação do art. 109, I, da Constituição Federal. A propósito, precedentes dessa Corte Superior:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA, AJUIZADA, PELO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI CONTRA EMPRESA, PARA COBRANÇA DE VALORES RELATIVOS À CONTRIBUIÇÃO DE QUE TRATA O ART. 3º, § 1º, DO DECRETO-LEI 9.403/46, COM BASE EM CONVÊNIO QUE PREVÊ A ARRECADAÇÃO DIRETA DA ALUDIDA CONTRIBUIÇÃO. AUSÊNCIA, NA LIDE, DE QUALQUER DAS ENTIDADES PREVISTAS NO ART. 109, I, DA CF/88. SÚMULA 516/STF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática publicada em 25/05/2017, na vigência do CPC/2015.

II. Hipótese em que se trata de Conflito de Competência no qual figuram, como suscitante, o Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Paraná e, como suscitado, o Juízo de Direito da 21ª Vara Cível da Comarca de Curitiba/PR, para a declaração do Juízo competente para o processo e julgamento da ação ordinária ajuizada, em 01/07/2016, pelo Serviço Social da Indústria - SESI, contra a sociedade empresária ora agravante, visando a cobrança de valores relativos à contribuição de que trata o art. 3º, § 1º, do Decreto-lei 9.403/46, com base em convênio que prevê a arrecadação direta da aludida contribuição. Ausência, na lide, de qualquer das entidades previstas no art. 109, I, da CF/88.

III. Na forma da jurisprudência do STJ, "a definição da competência para a causa se estabelece levando em consideração os termos da demanda (e não a sua procedência ou improcedência, ou a legitimidade ou não das partes, ou qualquer outro juízo a respeito da própria demanda). O juízo sobre competência é, portanto, lógica e necessariamente, anterior a qualquer outro juízo sobre a causa.

Sobre ela quem vai decidir é o juiz considerado competente (e não o Tribunal que aprecia o conflito). Não fosse assim, haveria uma indevida inversão na ordem natural das coisas: primeiro se julgaria (ou pré-julgaria) a causa e depois, dependendo desse julgamento, definir-se-ia o juiz competente (que, portanto, receberia uma causa já julgada, ou, pelo menos, pré-julgada)" (STJ, CC 121.013/SP, Rel.

Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 03/04/2012).

IV. A jurisprudência do STJ orienta-se, ainda, no sentido de que "a competência da Justiça Federal, prevista no art. 109, I, da Constituição Federal, é fixada, em regra, em razão da pessoa (competência *ratione personae*), levando-se em conta não a natureza da lide, mas, sim, a identidade das partes na relação processual" (STJ, CC 105.196/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de

22/02/2010). No mesmo sentido: STJ, CC 35.972/SP, Rel.

p/ acórdão Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJU de 07/06/2004).

V. No caso, o Juízo de Direito da 21ª Vara Cível da Comarca de Curitiba/PR, perante o qual foi ajuizada a ação de cobrança, declinou da competência para o processo e julgamento do feito em favor da Justiça Federal, por considerar que se trata de cobrança de tributo federal e que "o fato do requerente recolher diretamente as contribuições sociais, por força de convênio, não tem o condão de afastar a competência da Justiça Federal". A seu turno, o Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Paraná suscitou o presente Conflito, defendendo, com base na Súmula 516/STF, que o Sesi "é entidade paraestatal e, portanto, não se enquadra entre o rol das entidades discriminadas no art. 109 da CF".

VI. Consoante reconhecido na decisão agravada, compete à Justiça Estadual processar e julgar ações de cobrança, nas quais sejam autoras as entidades paraestatais, tais como Sesi, Sebrae, Sesc, Senai, dentre outras, dada a sua personalidade jurídica de direito privado. Nesse sentido dispõe a Súmula 516/STF ("O Serviço Social da Indústria (Sesi) está sujeito à jurisdição da Justiça estadual").

Precedente do STJ: CC 95.723/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 22/09/2008.

VII. O entendimento adotado pela Primeira Seção do STJ, no CC 122.713/SP (Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 14/08/2012), não se aplica ao presente caso, porquanto aqui não se trata de mandado de segurança contra ato de autoridade federal ou a ela equiparada.

VIII. In casu, no qual se trata de ação ordinária, ajuizada pelo Sesi contra empresa, para cobrança da contribuição de que trata o art. 3º, § 1º, do Decreto-lei 9.403/46, ainda que a contribuição cobrada seja espécie de tributo federal, o Sesi é pessoa jurídica de direito privado não integrante da Administração Pública direta ou indireta, não incidindo, na espécie, o art. 109, I, da Constituição Federal, sendo competente para o processo e o julgamento do feito a Justiça Estadual.

IX. Agravo interno improvido.

(AgInt no CC 152.104/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/09/2017, DJe 06/10/2017)

'CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL GERAL. SENAI. ENTIDADE PARAESTATAL. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 516 DO STF.

1. Está assentado no STJ o entendimento de que a nova competência introduzida pela EC 45/04 abrange as demandas visando à cobrança da contribuição sindical (art. 114, III, da CF/88).

2. Não se incluem nessa competência as causas movidas pelo Senai contra empregador objetivando a cobrança de contribuição social geral, por não possuir, o autor, natureza jurídica de sindicato e sim de entidade paraestatal.

3. É o que prevê a Súmula 516/STF, aplicável ao presente conflito, por analogia: 'O Serviço Social da Indústria (Sesi) está sujeito à jurisdição da Justiça Estadual'.

4. Conflito conhecido e declarada a competência do Juízo de Direito da 4ª

Vara Cível da Comarca de Canoas - RS, o suscitado'
(STJ, CC 95.723/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI,
PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 22/09/2008).

'RECURSO ESPECIAL. AÇÃO POPULAR CONTRA O SEBRAE.
COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. A competência cível da Justiça Federal é definida *ratione personae*, sendo irrelevante a natureza da controvérsia posta à apreciação. Não figurando, em qualquer dos pólos da relação processual, a União, entidade autárquica ou empresa pública federal, a justificar a apreciação da lide pela Justiça Federal, impõe-se rejeitar a sua competência.

2. O SEBRAE é serviço social autônomo mantido por contribuições parafiscais que tem natureza de pessoa jurídica de direito privado, desvinculada da Administração Pública direta ou indireta, o que afasta a competência da Justiça Federal para a apreciação da causa.

3. Aplicação da Súmula 516 do STF: 'O Serviço Social da Indústria - Sesi - está sujeito à jurisdição da Justiça Estadual'.

4. Precedentes da Corte: REsp 413.860/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 19/12/2003; REsp 530.206/SC, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ 19/12/2003; REsp 433427/SC 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 09/05/2005.

5. Agravo regimental desprovido'

(STJ, AgRg no REsp 604.752/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJ 22/08/2005).

No mesmo sentido: CC 149.444/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe de 17/04/2017; CC 144.423/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe de 23/11/2016; CC 146.897/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, DJe de 26/09/2016; CC 146.816/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região), DJe de 14/06/2016; CC 134.667/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 04/02/2015; CC 137.153/PA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe de 12/12/2014.

Registre-se que o entendimento adotado pela Primeira Seção do STJ, no CC 122.713/SP (Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 14/08/2012), não se aplica ao presente caso, **porquanto aqui não se trata de mandado de segurança** contra ato de autoridade federal ou a ela equiparada.

No caso concreto, trata-se de ação ordinária, ajuizada pelo SENAI contra empresa, para cobrança de contribuição prevista no art. 2º, do Decreto-Lei nº 6246, de 05.02.44. Ainda que a contribuição seja espécie de tributo federal, o SENAI é pessoa jurídica de direito privado não integrante da Administração Pública direta ou indireta, não incidindo, na espécie, o art. 109, I, da Constituição Federal, sendo competente para o processo e o julgamento do feito a Justiça Estadual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, I, do CPC/2015, combinado com o art. 34, XXII, do RISTJ, conheço do Conflito, para declarar a competência do Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Guarapuava - PR, ora suscitante.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

